PROPOSTAS II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Eixo I: Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia.

1. Profissional de Psicologia e Serviço Social compondo a equipe da educação básica conforme a Lei Federal nº 13.935 de 2019, tanto no âmbito municipal quanto estadual;
2. Construir um espaço de sugestões e dúvidas por meio da colocação de uma caixa a disposição dos alunos para que possam se expressar;
3. Garantir a permanência da disciplina Educação Física no currículo escolar bem como o contraturno da escola com projetos que envolvam atividades físicas como forma de tratar a saúde mental e prevenir sintomas de ansiedade e depressão;
4. Garantia de monitor durante o transporte escolar.

Eixo II: Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia de Covid 19.

1. Rodas de conversa com profissionais capacitados para discutir sobre violação de direitos e vulnerabilidades e demais temas sugeridos pelas crianças e adolescentes;
2. Parceria entre escola e CRAS para construção de cartilhas de orientações, com números para realizar denúncias, redes sociais, sinais de alerta e possíveis gestos para pedir ajuda;

Eixo III: Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e pós-pandemia.

1. Criar espaços dentro da escola para debater assuntos como ideologia de gênero, homofobia, desigualdade social e racismo e para desenvolver talentos municipais;
2. Criação de uma Lei municipal instituindo uma semana voltada para a infância e adolescência com a realização de um Fórum Municipal com variados temas, apresentações artísticas e englobando a Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social;
3. Reativação dos Grêmios Estudantis dentro das escolas.

Eixo IV: Participação da Sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico.

1. Criação de páginas nas redes sociais dos Conselhos Municipais divulgando datas das reuniões, funcionamento dos conselhos, o papel do conselheiro, incentivando a participação da população;
2. Disponibilizar espaços dentro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente para os mesmos participarem com direito a voz, porém sem voto;

Eixo V: Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes durante e pós-pandemia de Covid -9.

1. Efetuar campanha junto ao COMDICA do município para conscientização da importância da arrecadação de fundos por meio da dedução do Imposto de Renda;
2. Criação de Lei nas 03 esferas de governo para que se torne obrigatório um percentual mínimo de orçamento exigido para a Política Pública relacionada a infância e adolescência;
3. Ajuizar junto ao Fórum da Comarca de Marau que o imposto arrecadado com multas seja destinado inteiramente ao Fundo da Criança e do Adolescente do município de Nicolau Vergueiro/RS;
4. Capacitar um grupo de adolescentes para que trabalhem junto com as empresas do município na captação de recursos, relacionado a dedução do imposto de renda, destinado ao Fundo da Criança e do Adolescente.